

TEOLOGIA E O PODER DA PALAVRA: O DESAFIO RENASCENTISTA *

Sendo a filologia uma das forças motrizes da renovação que a cultura ocidental sofrerá entre os sécs. XIV e XV, é também a razão fundamental de, aí mesmo, ocorrer o nascimento da hermenêutica moderna. A escolástica degenera e a ordem política e religiosa da comunidade cristã é posta em questão por um afluxo de forças novas fundamentalmente concentradas no que poderíamos apelar de uma ‘objecção de consciência’ — são os prenúncios da Reforma com a sua primeira versão no enfraquecimento institucional do catolicismo pressentido já, nos finais do séc. XIV, no grande cisma de Avignon.

É precisamente na renovação da conjuntura intelectual e espiritual que se afirma a importância das disciplinas exegéticas. O fim da Idade Média corresponde pois a uma mutação dos valores no domínio político, social e económico, bem como na filosofia e na teologia. A escolástica, até aqui não apenas um sistema doutrinal mas sim uma ‘tecnologia da vida intelectual’ encontra-se desacreditada e a Reforma reclama o regresso à verdade do Texto, à autenticidade da mensagem divina, bem como a abolição definitiva das adulterações e obstáculos erguidos pela autoridade católico-romana para impedir a comunicação directa entre os fieis e Deus.

Assim, do ponto de vista da problemática religiosa, esta mutação põe em relevo de forma privilegiada e quase exclusiva o sentido literal e histórico do documento bíblico. Contra as vias alegóricas e a edificação metafórica medieval afirmava-se o respeito pela Palavra — todos os fieis deveriam ter acesso ao Texto escrito em linguagem comum.

* Este texto constituiu uma comunicação apresentada na I Jornada de Estudos Shakespearianos realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a 7 de Novembro de 1995.

O Renascimento porá deste modo em jogo a *Vulgata* (tradução latina feita por São Jerónimo) em benefício de uma nova revelação, mas sobretudo da autenticidade do texto pedida pela exigência filológica. Os documentos bíblicos anteriores à *Vulgata*, maioritariamente conservados nas comunidades judaicas do Ocidente, são agora objecto de uma nova atenção crítica. Contra a mentalidade medieval ergue-se então o conhecimento da arqueologia bíblica judaica e grega e com ele a renovação completa da leitura literal.

A iniciativa de ruptura, ou o gesto inaugural de Lutero em Wittenberg, data de 1517. A essa altura, o renascimento estava já em curso há várias gerações ou, se quisermos considerar um marco comum mas arbitrário, desde a queda de Constantinopla em 1453. Nesse intervalo de tempo fermenta na Itália uma renovação de valores ligada à redescoberta do património da cultura antiga e à reactivação de uma espiritualidade contida em textos, documentos e obras de arte. O regresso dos textos, que é também o regresso aos textos de uma Antiguidade perdida e reencontrada, desempenha então um papel decisivo na mudança dos espíritos e dos valores. O paradigma da Antiguidade impõe o seu fascínio e o humanismo renovado de Atenas e de Roma traz novos códigos de leitura e de interpretação. Como consequência, a estrutura do totalitarismo cristão medieval é profundamente abalada por processos de contaminação entre as exegeses cristã e pagã. Trata-se de um compromisso cultural mas também de uma síntese espiritual — a renascença dos humanistas é pois a *translatio studii*, a transferência do epicentro cultural definitivamente para o ocidente. A tradição interrompida da filologia, ciência crítica e objectiva dos textos antigos, encontra nesta síntese a sua nova origem. Do tronco comum da cultura medieval se vão autonomizando a hermenêutica e a filologia. O espaço mental autónomo destas disciplinas servirá deste modo de base referencial aos novos valores do humanismo.

O progresso dos estudos filológicos realizar-se-á nas universidades — em Oxford, Cambridge e um pouco por toda a Europa sobressai o tipo moderno do estudioso-filólogo protagonizado pelo humanista editor de textos, investigador e historiador de civilizações desaparecidas: o italiano Lorenzo Valla (1407-1457), especialista em estudos latinos e estilística; no séc. XVI Guillaume Budé em França, John Colet em Inglaterra, Luis Vives em Espanha, o alemão Johannes Reuchlin, renovador dos estudos hebraicos e o holandês Erasmo representam através do ocidente a geração de estudiosos que se consagraram à renovação da cultura e ao aprofundamento das disciplinas exegéticas.

A preocupação hermenêutica nascerá pois de uma primeira afirmação da crítica do sentido e da busca da autenticidade das significações: ao controle sistemático dos documentos aliar-se-á a pesquisa histórica e o filólogo, inicialmente limitado às línguas do classicismo, o latim e o grego, avançará rapidamente para o domínio do hebraico. Em todos os campos do conhecimento, a leitura e interpretação dos documentos socorrer-se-á da filologia, apta a determinar o sentido. Nas letras e nas artes, o humanismo enraiza-se na leitura e interpretação dos textos antigos. Os pressupostos teológicos deixam de se impor ao domínio profano — é precisamente agora todo o processo interpretativo das literaturas antigas que reivindica o direito de penetrar também na revelação bíblica. As Escrituras apresentam-se agora como texto e o especialista no estudo dos textos reclama o direito de jurisdição sobre o documento bíblico — nesta perspectiva, Lorenzo Valla, por exemplo, exigirá o direito de leitura do Novo Testamento — a Palavra de Deus dever-se-á então submeter ao direito comum da própria exegese.

Compromisso entre a filologia e a fé, o primeiro tempo do humanismo tentará equilibrar o ideal dos Antigos com a exigência de Cristo. No contexto desta nova patrística que o Renascimento em primeiro lugar é, Erasmo virá retomar esta negociação — **philosophia Christi** será para ele a fórmula espiritual que concilia a tradição antiga e a pregação de Jesus. Aplicada ao conhecimento da Bíblia, a filologia pode então fornecer o princípio e o instrumento da regeneração religiosa já tornada inevitável entre os finais do séc. XV e os princípios do séc. XVI.

A leitura da Bíblia tornar-se-á o novo campo de actividade espiritual fundamentalmente assente numa inversão de prioridades — dever-se-á partir não da doutrina para o texto mas sim do texto para um texto tão exacto quanto possível em função das fontes disponíveis. Este regresso ao texto impõe um método comparativo e de confronto entre as diferentes versões. Nos primeiros tempos da patrística, Orígenes tinha dado exemplo desta busca do sentido literal pondo em paralelo uma série de versões em hebraico e em grego passando então a versão das Setenta a figurar, sem privilégio, entre tantas outras. Era pois necessário retomar este exemplo que datava já do séc. III.

Em 1516 aparece a primeira edição do Novo Testamento revista e corrigida por Erasmo e a 31 de Outubro de 1517 Lutero afixa no portal da igreja de Wittenberg os 95 artigos de crítica ao tráfico das indulgências. O gesto inaugural de Lutero mobilizará as energias latentes, pondo em questão o equilíbrio religioso e político do ocidente. Oposta à autori-

dade da Igreja de Roma, esta atitude trará consigo a renovação completa da fé cristã através de um regresso à autoridade das Escrituras.

A exegese bíblica impõe-se como disciplina prioritária e a tradução da Bíblia figurará como uma das actividades mais destacadas do Reformador. Entretanto a Igreja católica, que continuava a fazer falar Deus em latim, organizava a sua defesa — contraditoriamente invocada e solicitada, a exegese torna-se uma arma contra as posições do adversário. Para os Reformadores, as Escrituras constituem a única autoridade. Por outro lado, desconfiando dos progressos exegéticos, os católicos invocavam a autoridade da Igreja e da tradição. Para eles, a autoridade da instituição eclesiástica não podia nunca ser questionada pelo que entendiam ser apenas a ciência dos dicionários, das regras gramaticais ou do conhecimento de algumas palavras em hebraico e grego.

Entre 1545 e 1563, o Concílio de Trento organiza a contra-ofensiva. Como oposição às ameaças dos exegetas, um decreto de 1546 decide que a única edição das Escrituras a ser utilizada pela Igreja deverá ser a da *Vulgata* em latim. Esta edição, que os humanistas tinham considerado insuficiente, reencontra assim o seu lugar no seio da contra-ofensiva católica. O desejo de salvação das tradições doutrinárias retardará até ao limite, ou ainda para além dele, o nascimento das ciências religiosas sob a esfera da influência romana (de considerar o trabalho dos jesuítas e dos seminários católicos que se sobrepunham às próprias Faculdades de Teologia). Comandando a esterelização da hermenêutica bíblica e o desencorajamento do espírito de pesquisa em terreno católico, os decretos do Concílio de Trento consagram a rigidez dogmática e a fractura religiosa total do ocidente.

Enquanto isso, na Europa da Reforma, a obediência religiosa dirigia-se para um regresso aos textos bíblicos na sua autenticidade. O primado da escrita alia-se ao primado da leitura. Correlativa de uma mutação epistemológica, a mutação espiritual triunfa da filologia hebraica e grega e de uma exegese em pleno exercício.

Os fiéis terão de ler os textos sagrados na língua nacional, o ensino das línguas antigas figura no programa da formação dos pastores e homens da Reforma e, solidária do corpo universitário, a Faculdade de Teologia assume-se como um centro privilegiado. A presença das ciências religiosas na universidade assegura então a permanência da teologia na cultura. Os cursos deixam de estar reservados exclusivamente aos teólogos e passam a contar com um público interessado mas não necessariamente especializado. A teologia reformada conjuga-se assim activamente com a filologia e os

estudos clássicos e orientais prosperam sob o impulsionamento da erudição europeia maioritariamente concentrada em Inglaterra e na Europa central (Alemanha e toda a faixa do vale do Reno). Ligada aos círculos protestantes liberais onde se pratica a leitura e interpretação da Bíblia, a obra de Spinoza inscrever-se-á plenamente nesta conjuntura espiritual.

Nos países da Reforma a exegese reveste-se assim de uma importância primordial: urge reencontrar o texto exacto por entre as múltiplas variantes. Pretendendo reagir contra a usurpação católica do sentido, a doutrina eclesiástica da Reforma autentica-se apenas nos textos sagrados. Daí o surgimento de um número considerável de obras de iniciação ao próprio estudo da Bíblia.

A proliferação dos hábitos de leitura das Escrituras não trouxe apenas consigo o trabalho exegético da busca da verdade: um maior conhecimento da Bíblia implicava pois também um maior aprofundamento das ciências da linguagem. Para além disso, a Palavra sagrada era representada por palavras que, por sua vez, podiam ser interpretadas de múltiplas formas. Ou seja, por detrás do sentido literal e histórico estaria um outro, o espiritual. Enquanto os estudiosos da Reforma afirmavam que as Escrituras se definiam a si mesmas, abriam também implicitamente o caminho à multiplicidade dos processos exegéticos quando afirmavam como John Colet: 'The surest mean of interpretation of scripture is by scripture'.

O ponto de controvérsia entre católicos e protestantes não surgia então apenas da questão da autoridade bíblica na fundamentação da fé individual, mas sim da natureza e legitimidade para a tarefa da própria interpretação¹.

Dispensando a mediação humana no acesso ao mistério divino das Escrituras, os reformadores encaravam pois como premente e absoluta a necessidade de traduzir essa mensagem para qualquer língua. A publicação das traduções reduzia assim o poder e a autoridade da Igreja sobre a interpretação. Em *The newe Testament both in Latine and Englyshe* (Sowthwark, 1538), Miles Coverdale afirmava que as traduções não poriam nunca em causa a autoria legítima de inspiração divina.

A tarefa da tradução aliava-se deste modo à da interpretação num círculo interminável e cada vez mais complexo à medida que o Protestantismo avançava. Sobre o sentido literal das Escrituras, base e fundamento da pró-

¹ Vide REVENTLOW, Henning Graf — *The Authority of the Bible and the Rise of the Modern World*, London, 1984, pp. 105-222.

pria doutrina cristã, se abriam os sentidos figurativos. A prová-lo está o facto de, tanto a doutrina católica da transubstanciação como a negação da presença real se fundamentarem em diferentes interpretações dos mesmos textos — as palavras de Cristo na última Ceia ('Take, eat; this is my body' — Mateus 26:26; cf. Marcos 14:22).

Enquanto Thomas More defendia o facto de a doutrina da presença real advir da interpretação literal das palavras — 'este é o meu corpo' — 'this is my body' —, em *The Supper of the Lord* (1533), William Tyndale atribuíra-lhes um sentido meramente figurativo ('in accordance with the common maner of spech in many places of scripture, and also in our mother tongue').

Apesar de Erasmo e More reconhecerem o perigo potencial da singularidade e do individualismo nas interpretações bíblicas protestantes, o facto é que a repercussão deste processo, misto de individuação e multiplicidade interpretativa, era grande e irreversível tanto na política religiosa como e sobretudo na própria criatividade literária. Ou seja, os protestantes substituíram a autoridade católico-romana sobre o direito de interpretação das Escrituras pela legitimidade interpretativa da consciência individual — tratava-se assim da iluminação interior e do testemunho secreto na alma individual defendidos por Lutero e Calvino.

Aos leitores e membros da nova Igreja Anglicana eram fornecidos guias como *Theological Rules* de Thomas Wilson (1615) e *Howe to take profite by reading of the holy Scriptures*. Das Homilias de 1562 destaca-se a primeira a ser lida em todas as igrejas inglesas: 'A Fruitful Exhortation to the Reading and Knowledge of Holy Scripture' que estimulava o público à leitura, afirmando que, pior do que cair em erro, seria sem dúvida a própria ignorância.

Enquanto os leitores católicos se salvaguardavam dos 'sentidos individuais' invocando a tradição, a Igreja Anglicana defendia a capacidade individual na busca de um sentido que era único na medida em que era identificado com a vontade de Deus. Deste modo, a '*orbs doctrinae christiana*' preservar-se-ia, no entender protestante, intacta. Esta constituía a defesa fundamental da hermenêutica protestante contra as acusações de subjectividade. Entre as capacidades aí requeridas para a leitura adequada do texto das Escrituras estava a sensibilidade à operatividade das formas e estilos literários. A obra *Theological Rules* alertava os leitores para os processos literários e retóricos, para as regras gramaticais e características de estilo do texto bíblico. Explicavam-se assim as funções de diferentes figuras retóricas como a *prosopopeia* ou de traços estilísticos especifi-

cos como a utilização não-copulativa de 'and' atribuída a uma origem hebraica. Respectivamente:

wee are moved more to affect the things spoken, and are more easily brought to understand them

e

this particle /and/ beginneth the sentence absolutely without respect to any thing went before.

(Theological Rules)

Aos paralelismos hebraicos era dado um ênfase expositivo e afectivo, muito em especial na representação poética da vontade. Exemplos eram sucessivamente tirados dos livros proféticos e históricos, como o caso do primeiro capítulo do Evangelho de São João ou as Epístolas de São Paulo. À medida que as novas traduções da Bíblia surgiam, aumentava também a consciência dos leitores da necessidade do estudo e reconhecimento da influência do hebraico no Antigo Testamento e do grego no Novo. Na interpretação do sentido literal do texto, a atenção caía não apenas no estudo dos traços estilísticos e no conhecimento das línguas, mas também nos próprios contextos literário e histórico — aumentava assim a consciência crítica individual e a capacidade exegética direccionava-se implicitamente para outras formas literárias.

De tristia Christi de Thomas More, escrito durante o seu encarceramento na Torre em 1535, e *Samson Agonistes* de Milton, publicado em 1671, testemunham então, com uma considerável amplitude, essa mesma influência. Trata-se respectivamente de uma meditação em latim sobre a harmonia dos Evangelhos e de um poema dramático centrado na compreensão individual da profecia divina. Ambos lidam com a psicologia humana do sofrimento — os protagonistas, Jesus em More e Sansão em Milton, representam a capacidade humana de julgar a Palavra. Estamos perante duas produções distintas provenientes de convicções também distintas: More negava explicitamente a autoridade da interpretação individual, restringindo-a aos conhecedores da teologia, enquanto para Milton a autoridade interpretativa deveria ser pessoal e assentar no modo como o Espírito Divino inspirava o indivíduo. Abrangendo em cronologia todo o período de influência dos novos processos exegéticos da Reforma, estas obras ilustram o modo como o novo conhecimento da Bíblia influenciava a produção literária de então.

Por volta de 1580, o trabalho de Tyndale e Coverdale tinha dado origem a várias edições da Bíblia em inglês². A qualidade literária destas traduções, juntamente com diversas interpretações e comentários, ajudou a promover o estatuto da própria língua inglesa. O entendimento da necessidade de uma norma literária para a Bíblia surgiu nos primeiros anos do séc. XVII — foi no reinado de Jaime I que os estudiosos tradutores da Bíblia reconheceram a clareza das traduções feitas por Tyndale e Coverdale. Adoptando o modelo estilístico dessas primeiras versões, esses estudiosos produziam assim a chamada '*King James Bible*' — a leitura da Bíblia tornava-se deste modo para o leitor comum uma importante, senão mesmo a única, experiência literária.

O ênfase posto pelos protestantes na leitura crítica da Bíblia reflectiu-se de imediato na teorização retórica e poética. A analogia bíblica era pois invocada para justificar, não apenas os ensinamentos de ordem moral e religiosa, mas sim a qualidade literária das próprias composições poéticas. Na *Defence of Poesie* por exemplo (1581-3), Philip Sidney define o estatuto do poeta em relação à referência poética e profética das Escrituras. Surgia assim um novo ponto de partida na poética inglesa originário também na nova sensibilidade às qualidades afectivas e retóricas da língua e na consciência crítica da importância da interrelação entre o estilo, a forma e o sentido no discurso bíblico e no literário. Se Deus escreveu poesia, afirmava Philip Sidney, o homem nada poderia argumentar:

the holy Davids Psalms are a divine Poeme ... it is fully written in
meeter as all learned Hebritians agree, although
the rules be not yet fully found.

For what else is the awaking his musical Instruments, the often and
free changing of persons, his notable Prosopopeias, when he maketh
you as it were see God comming in his majestie, his telling of the
beasts joyfulness, and hils leaping, but a heavenly poesie...?³

A *Defence of Poesie* de Sidney trazia assim a poética bíblica para o âmbito literário e lançava implicitamente as bases de muita da produção poética que, no séc. XVII, versaria essencialmente um temário religioso.

² Pense-se por exemplo na Bíblia de Coverdale (1535) que continha as traduções de Tyndale; a *Great Bible* revista por Coverdale (1539); *Geneva Bible* (1560); *Bishop's Bible* (1568).

³ SIDNEY — 'The Defence of Poesie', *Complete Works*, ed. Feuillerat, vol. III, pp. 6-7.

De meados do séc. XVI em diante eram sucessivamente publicados novos manuais de retórica e estudos da língua, a destacar, por exemplo, *The Garden of Eloquence* de Henry Peacham (1577) onde se encontra uma definição de tropos e figuras referenciada ao exemplo bíblico, ou o dicionário de Cawdray — *A Table Alphabeticall (A Table Alphabeticall, conteyning and teaching the true writing, and understanding of hard usuall English wordes, borrowed from the Hebrew, Greeke, Latine, or French* — London, 1604):

of Ladies, Gentlewomen, or any other unskillful persons.

Whereby they may the more easilie and better understand many hard English wordes, which they shall heare or read in Scriptures, Sermons, or elsewhere.

Exemplo da nova aplicabilidade dos estudos bíblicos na Inglaterra do séc. XVI e princípios do XVII, as obras de Cawdray e Peacham estimulavam os novos hábitos de leitura e conhecimento de autores. Ao traduzir a Bíblia para inglês, os exegetas da Reforma iniciavam o percurso da valorização da língua e implicitamente também do reajustamento dos fundamentos religiosos da cultura. A sensibilidade literária aumentava — na poética, na retórica e nas diversas disciplinas filológicas e hermenêuticas se faziam sentir os reflexos do estado de eferverscência cultural em grande parte originária na abertura do documento bíblico ao conhecimento geral.

Maria João Pires